

POLÍTICA

Orçamentos participativos em expansão, com Portugal a liderar

Há entre 7059 e 7671 casos de orçamentos participativos no mundo, o dobro do que tem sido referido. São sobretudo regionais. Portugal foi pioneiro com um de nível nacional

Cidadania
Sónia Sapage

A abstenção tem vindo a aumentar nos últimos anos, com os casos de corrupção na classe política a contribuir para o alheamento, mas, em Cascais, há mais pessoas a votar nos orçamentos participativos (OP) do que nas eleições autárquicas. A estranheza do número levou a autarquia a fazer um estudo para perceber se são mesmo os cascalenses a votar naqueles orçamentos ou se são residentes noutros concelhos, mas a conclusão não deixa margem para dúvidas: o número de votantes que não vivem em Cascais mas votam no orçamento participativo do concelho é residual. Será o interesse pelas políticas maior do que o interesse pela política com “P” grande?

Nelson Dias, consultor do Banco Mundial para a implementação dos orçamentos participativos, explica que estes fenómenos estão a avançar no mundo ao mesmo tempo que a democracia está a regredir. “Actualmente, estima-se que haja entre 7059 e 7671 orçamentos participativos no mundo, o que é mais do dobro do que vínhamos referindo”, diz o ex-presidente da In Loco, uma instituição sem fins lucrativos criada em 1988 com o slogan “Pensar no Global, Agir no Local”.

Os orçamentos participativos, que nasceram no final dos anos 1980 no Brasil, como uma prática local e experimental destinada a combater a pobreza e ajudar na democratização, são hoje essenciais na reconstrução da confiança nas instituições, sobretudo na Europa. Em alguns anos, o velho continente passou a estar na dianteira e “tornou-se a região do mundo com mais exemplos de orçamentos participativos: há mais de 3400 casos”, contabiliza Nelson Dias.

A prática demorou a chegar a Portugal, mas instalou-se em for-

ça, havendo actualmente entre 1100 e 1150 exemplos. Cascais, um dos municípios portugueses onde os orçamentos participativos estão mais enraizados, já vai na oitava edição.

Desde há dois anos, num movimento pioneiro, o Governo português decidiu também dar corpo a uma experiência a nível nacional. Foram disponibilizados três milhões de euros no primeiro ano e cinco milhões no segundo.

Orçamento para lambarices

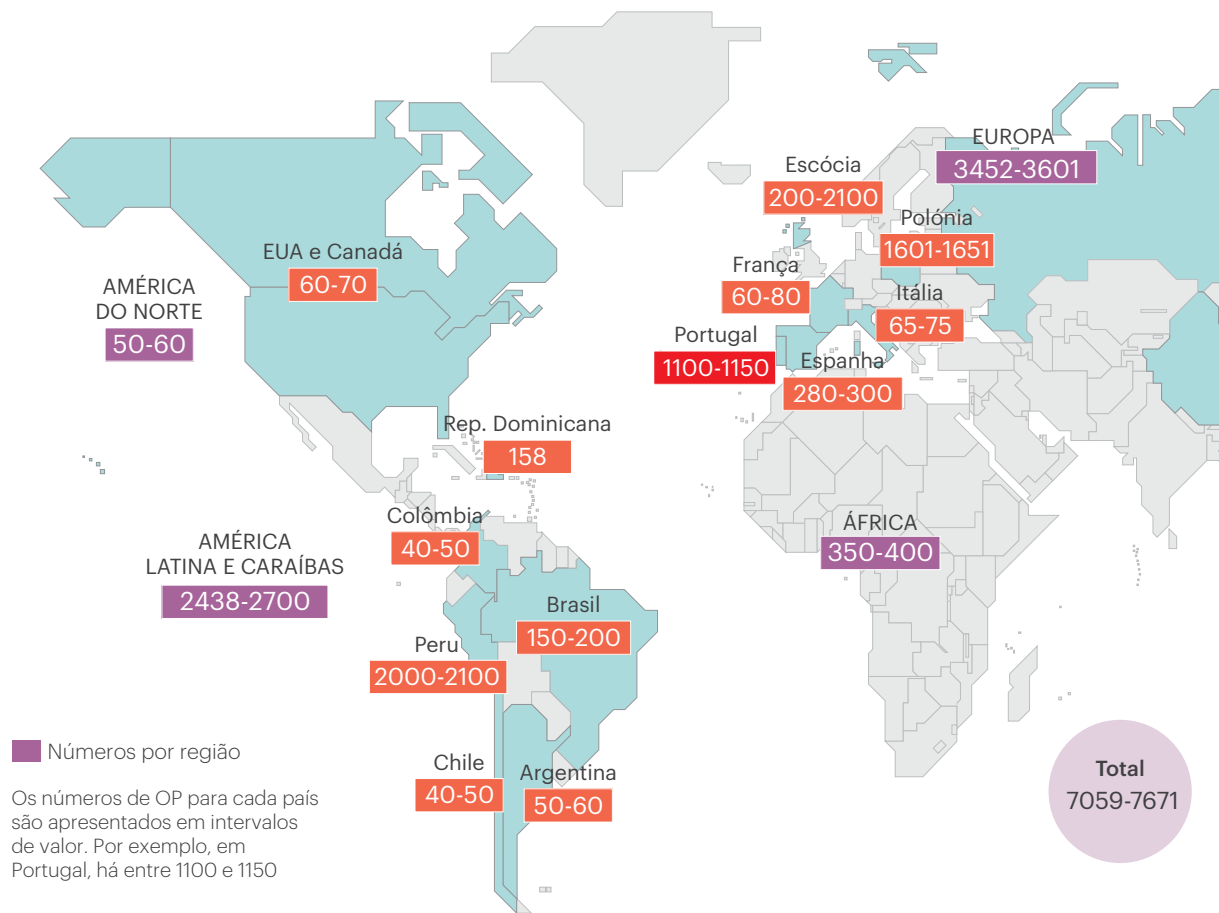
Os vencedores da edição de 2018 foram conhecidos há pouco mais de uma semana. Em primeiro lugar ficou uma feira de doçaria na aldeia de Vale de Domingos, concelho de Águeda, que custará 250 mil euros, e no segundo e terceiro lugares dois projectos antagónicos: “Portugal sem touradas”, com um orçamento de 200 mil euros, e “Tauromaquia para todos”, com 50 mil euros.

Em 2018, estiveram a votação mais 91 projectos do que em 2017, num total de 691, e foram registados 119.703 votos, o que representou um aumento de 50% face a 2017. Desconhece-se o total de portugueses que votam nas mais de 1100 experiências municipais, mas os estudiosos do fenómeno congratulam-se pelo crescimento do interesse no fenómeno a nível nacional. Isto apesar de reconhecerem que, em Portugal, a “taxa de mortalidade dos orçamentos participativos é elevada”, constata Nelson Dias.

Entretanto, foram já garantidos mais cinco milhões de euros para a edição de 2019, apesar de ter havido alguns ajustes na metodologia. Por ser um ano de três eleições, e para evitar sobrecarregar os eleitores com as obrigações da democracia participativa, o Governo decidiu que no próximo ano a selecção será feita entre os projectos que estiveram mais perto de ser aprovados nos anos anteriores. Mantém-se a regra de que 10% da

Mapa-múndi dos orçamentos participativos

Mais de metade das experiências situa-se em território europeu



■ Números por região

Os números de OP para cada país são apresentados em intervalos de valor. Por exemplo, em Portugal, há entre 1100 e 1150

Fonte: Nelson Dias, autor do livro *Hope for Democracy*



ENRIC VIVES-RUBIO/ARQUIVO



Em Portugal, a taxa de mortalidade dos orçamentos participativos é elevada

Nelson Dias

Consultor do Banco Mundial para a implementação dos orçamentos participativos

Na Madeira ganhou um projecto com assinaturas da JS local. PSD estranha

Márcio Berenguer

Não fosse o Cowork Madeira, um dos projectos vencedores do Orçamento Participativo de Portugal (OPP), ter como subscritores sete destacados membros da JS local e teria passado despercebido no arquipélago. Não passou.

Olavo Câmara, presidente da JS-Madeira; Nicodemo Câmara, membro do secretariado da JS-Madeira; Cristina Correia, dirigente da JS-Madeira e membro da Comissão Política do PS-Madeira; Mariana Barbosa, do secretariado da JS-Madeira; Pedro Viveiros, secretário-geral JS-Madeira; Sara Silva, da Comissão Política da JS-Madeira; Pedro Calaça Vieira, vice-presidente da Mesa da Comissão Regional da JS-Madeira: não exactamente por esta ordem de assinatura, mas por relevância política, são estes os nomes que subscrevem o projecto, que vai receber 300 mil euros para se concretizar. O valor mais elevado previsto pelo OPP. Os dois primeiros, Olavo e Nicodemo Câmara, são também filhos de Emanuel Câmara, o actual presidente do PS-Madeira.

O PSD não deixou passar a coincidência. Esta semana, no parlamento madeirense, Carlos Rodrigues deu voz à indignação social-democrata. “São 300 mil euros para o filho do presidente do PS-Madeira”, disse o deputado durante uma intervenção no plenário, acusando os socialistas de serem um partido dos “esquemas” para os amigos. “Isto é o tipo de gente que se suja por 300 mil euros”, concluiu, perante os protestos da bancada socialista.

Olavo Câmara, que lidera a JS-Madeira desde 2014 – em Setembro foi reeleito para um terceiro e último mandato –, e que já passou pela assembleia madeirense em regime de substituição, não quis falar ao PÚBLICO sobre o Cowork Madeira, justificando que não foi o mentor do projecto. A equipa responsável pelo OPP não respondeu em tempo útil às questões colocadas e Cristina Correia, a primeira assinatura que

consta do projecto, não compreende o porquê de o caso ter ganho tracção política.

“A ideia do projecto foi minha e conversei depois sobre ele com o meu grupo de amigos. Pertencendo a uma organização partidária, é natural que muitos dos meus amigos estejam lá”, argumenta ao PÚBLICO, considerando “lamentável” que tentem dar uma “dimensão negativa” a um projecto que pretende ser uma mais-valia para os estudantes.

O projecto, continua, não tem qualquer ligação ou cariz partidário. “Depende de uma votação, não foi um ajuste directo”, sublinha, descrevendo o Cowork Madeira como um espaço gratuito direccionado para os estudantes, onde se possam reunir, estudar e partilhar ideias. “Queremos um espaço com várias valências, incluindo as indústrias criativas. Um

“Isto é o tipo de gente que se suja por 300 mil euros”, acusou o deputado do PSD-M, indignando a bancada socialista

espaço que não existe na Madeira. Os que existem estão vocacionados para os profissionais.”

Cristina Correia admite que não sabe como ou onde vai concretizar o projecto, aguardando o contacto da OPP para avançar com a ideia. Não encontra também problemas na forma como o Cowork Madeira foi apresentado para análise técnica do OPP, antes de ser submetido a votação. Foi um parágrafo, com duas frases: “Criação de espaço de *cowork* – equipamentos, recursos técnicos, etc – direccionado para jovens, situado no município do Funchal, a capital da Região Autónoma da Madeira, aberto à utilização de jovens oriundos de toda a região. O objectivo é criar um espaço de trabalho colectivo onde se promovam sinergias entre profissionais de diferentes áreas, ajudando a impulsionar o seu sucesso e contando com apoio especializado fornecido, por exemplo, pela autarquia local.”

No site do OPP indicava-se que as propostas a apresentar “devem ser específicas e pormenorizadas”, de forma a possibilitar uma “análise concreta” e “orçamentação rigorosa”. Cristina Correia diz que foi isso que foi feito.

marcio.berenguer@publico.pt

ENRIC VIVES RUBIO/ARQUIVO



Promotores dizem que não há espaço de cowork gratuito na região

Houve também uma certa institucionalização dos OP, ao serem aprovadas leis que os tornam obrigatórios. “Em Portugal, por exemplo, as experiências nas escolas são de carácter obrigatório. O Governo transfere um euro por aluno para cada escola de 3.º ciclo, num mínimo de 500 euros por estabelecimento de ensino, para financiar os projectos propostos (e escolhidos) pelos alunos”, lê-se no livro *Hope for Democracy*, que Nelson Dias dedica ao tema.

Há apenas quatro países no mundo, além de Portugal, com legislação sobre o assunto: Peru e Indonésia (desde 2004), República Dominicana (2007) e Coreia do Sul (2014). “Entre 60% e 65% do total dos OP no mundo estão concentrados nestes cinco países com legislação obrigatória e todos eles são considerados democracias imperfeitas”, explica Nelson Dias. Se juntarmos a Polónia, a percentagem sobe para 85%.

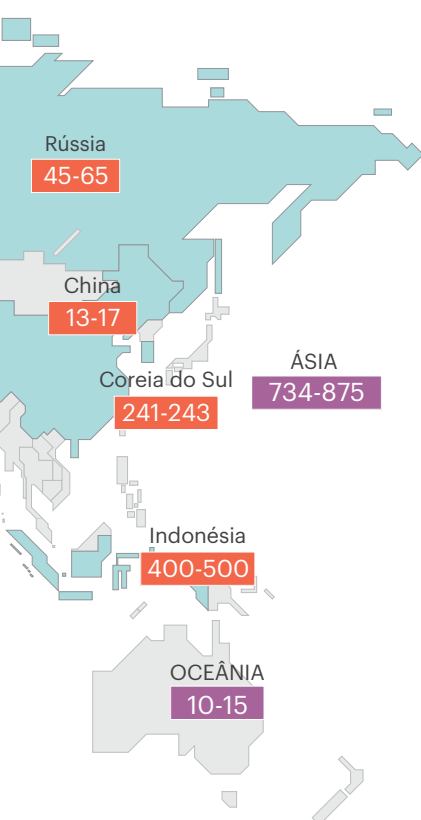
Na Smart Citizenship Academy, que decorreu recentemente no *campus* da Nova School of Business and Economics, em Carcavelos, os especialistas Nelson Dias (Portugal), Giovanni Allegretti (Itália) e Chelsey Lepage (EUA) foram convidados a reflectir sobre o futuro desses processos no mundo três décadas depois das primeiras experiências.

Foi recordado o caso de Porto Alegre, onde houve orçamentos participativos sem interrupções durante 28 anos (até que, a pretexto da crise económica e financeira, foram suspensos pelo município) e discutiu-se o fim de outras experiências, sobretudo brasileiras, mas prevaleceu a ideia de que vai continuar a haver uma expansão dos OP pelo mundo.

“No Brasil, os orçamentos participativos altamente politizados e partidários têm vindo a cair, seguindo a queda do Partido dos Trabalhadores [com o qual nasceu muito conotado] nas últimas eleições municipais no Brasil”, escreve Nelson Dias no livro *Hope for Democracy*.

Contudo, ao mesmo tempo “há mais países a preparar projectos de âmbito nacional, o que permitirá um salto na escala dos OP”, diz. “Há ainda vários países a institucionalizarem os orçamentos participativos na lei. E há um reforço das metodologias, com a introdução de novas tecnologias”. O saldo é positivo.

sonia.sapage@publico.pt



PÚBLICO

Numa iniciativa pioneira, o Governo português decidiu há dois anos lançar uma experiência de orçamento participativo a nível nacional. Foram disponibilizados três milhões de euros em 2017 e cinco milhões em 2018

verba prevista para o Orçamento Participativo de Portugal seja atribuída a projectos do Orçamento Participativo Jovem (feito ao nível das escolas de terceiro ciclo).

Salto na escala

Ao fim de 30 anos, os orçamentos participativos enfrentaram desafios e registaram mudanças na sua natureza. “Houve um salto na escala territorial, o que é uma característica recente. Passaram de locais a multirregionais, federais e até nacionais, como é o caso português”, conta o consultor do Banco Mundial.